



Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

RELAT-DCI - 32020
Código de validação: 9374069E86

Relatório do Sistema de Controle Interno

Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento
do Judiciário – FERJ

Prestação de Contas – Exercício 2019





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO	3
1. DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL	4
2. DA EXECUÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	6
3. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	7
3.1. <i>Da realização da receita</i>	8
3.2 <i>Da realização da despesa</i>	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS	14





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

INTRODUÇÃO

O presente Relatório é parte integrante da documentação exigida para fins de Prestação de Contas Anual, nos termos da Instrução Normativa nº 26/2011 e consoante à sistemática definida na Instrução Normativa nº 12/2005, ambas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

O objetivo deste documento é avaliar a regularidade da realização da receita e da despesa, a execução do orçamento e dos programas de trabalho e o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, referentes ao exercício financeiro de 2019.

A prestação de contas do Poder Judiciário do Maranhão perpassa por seis unidades orçamentárias diferentes: o Tribunal de Justiça – TJMA (04101), a Corregedoria Geral de Justiça – CGJ (04102), o Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERJ (04901), o Fundo da Escola Superior da Magistratura do Maranhão – FESMAM (04902), o Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão – FERC (04903) e o Fundo Especial de Segurança dos Magistrados –FUNSEG (04904).

Nesta oportunidade analisar-se-á apenas a execução orçamentária do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERJ, posto que as demais serão avaliadas em instrumentos próprios.

As constatações e considerações apresentadas pelo Controle Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão, atividade exercida pela Diretoria de Controle Interno, basearam-se em informações prestadas pela Diretoria Financeira; nos instrumentos de planejamento orçamentário; e, em análises de processos e documentos administrativos.





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

1. DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

O Plano Plurianual vigente no quadriênio 2016-2019 foi estabelecido pela Lei nº 10.375 de 16 de dezembro de 2015. O Programa macro do Poder Judiciário previsto no PPA/2016-2019, Prestação Jurisdicional (código 0543), teve por finalidade *“proporcionar à sociedade maranhense o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, garantindo a agilidade e um atendimento de qualidade”*. Este programa foi subdividido em 9 (nove) Ações, das quais, 3 (três) foram desenvolvidas pelo FERJ (UO 04901), a saber, 1636 – Construção, Ampliação e Reforma de Prédios do Poder Judiciário, 4436 – Modernização do Judiciário e 4437 – Gestão e Capacitação de Recursos Humanos.

O valor total planejado para o Programa Prestação Jurisdicional (código 0543) no ano de 2019 foi de R\$ 1.051.737.889,19 (um bilhão cinquenta e um milhões setecentos e trinta e sete mil oitocentos e oitenta e nove reais e dezenove centavos). Deste valor, 9,88% destinava-se aos projetos e atividades da unidade orçamentária do FERJ (04901), ou seja, R\$ 103.926.267,19 (cento e três milhões novecentos e vinte e seis mil duzentos e sessenta e sete reais e dezenove centavos).

AÇÕES PPA 2016-2019 DO PROGRAMA 0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL					
Projeto / Atividade	Finalidade	Produto	Unidade de Medida	Metas	
				Física	Financeira
1656 - Construção, Ampliação e Reforma de Prédios do Poder Judiciário	Construir, reformar ou ampliar fóruns no Estado do Maranhão	Prédio construído / ampliado / reformado	m²	10.750	35.298.981,00
1656 - Construção, Ampliação e Reforma de Prédios do Poder Judiciário	Construir, reformar ou ampliar fóruns na comarca de Imperatriz	Prédio construído / ampliado / reformado	m²	17.500	10.637.069,19
4436 - Modernização do Judiciário	Modernizar e reaparelhar o judiciário com vistas à melhoria da prestação jurisdicional	Medido pela despesa	unidade	-	56.794.345,00





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

4437 - Gestão e Capacitação de Recursos Humanos	Promover, de forma integrada, gestão e qualificação de pessoal de modo a obter melhores condições de trabalho e maior produtividade	Servidor capacitado	unidade	-	1.195.872,00
---	---	---------------------	---------	---	--------------

FONTE: PPA 2016-2019 disponível em: <https://seplan.ma.gov.br/files/2013/02/LEI-N%C2%B0-10.375-DE-16-DE-DEZEMBRO-DE-2015-PPA-2016-2019.pdf>, acessado em 20/03/2020.

Segue abaixo a execução do PPA no exercício de 2019 para o FERJ:

AÇÕES PPA 2016-2019 DO PROGRAMA 0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL			
Projeto / Atividade	1656 - Construção, Ampliação e Reforma de Prédios do Poder Judiciário		
Produto	Prédio construído / ampliado / reformado do Poder Judiciário		
Unidade de Medida	m²		
Metas Físicas			
Planejada (A)	Realizada (B)	Eficácia (B/A)=C	
28.250,00	23.409,58	0,83	
Metas Financeiras			
Planejada (D)	Realizada (E)	(E/D)=F	Eficiência (C/F)
45.936.050,19	18.351.453,56	0,40	2,07
Projeto / Atividade	4436 - Modernização do Judiciário		
Produto	Medido pela despesa		
Unidade de Medida	unidade		
Metas Físicas			
Planejada (A)	Realizada (B)	Eficácia (B/A)=C	
Medido pela despesa		Não disponível	
Metas Financeiras			
Planejada (D)	Realizada (E)	(E/D)=F	Eficiência (C/F)
56.794.345,00	111.501.655,62	1,96	Não disponível





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

Projeto / Atividade	4437 - Gestão e Capacitação de Recursos Humanos		
Produto	Servidor capacitado		
Unidade de Medida	unidade		
Metas Físicas			
Planejada (A)	Realizada (B)	Eficácia (B/A)=C	
2.400	5.116	2,13	
Metas Financeiras			
Planejada (D)	Realizada (E)	(E/D)=F	Eficiência (C/F)
1.195.872,00	2.132.057,77	1,78	1,20

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia:

Eficácia $\geq 1,0$ e Não Eficácia $< 1,0$

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência:

Muito Eficiente $> 1,0$; Eficiente $= 1,0$; Media Eficiência $= 0,50$ a $0,99$ e Baixa Eficiência $< 0,50$

FONTES:

1- PPA 2016-2019 disponível em:

<https://seplan.ma.gov.br/files/2013/02/LEI-N%C2%B0-10.375-DE-16-DE-DEZEMBRO-DE-2015-PPA-2016-2019.pdf>, acessado em 20/03/2020.

2 - SISPCA - Relatório Execução Financeira por Programas e Ações emitido em 14/02/2020 pela Coordenadoria de Orçamento - Diretoria Financeira.

Do quadro acima, verifica-se quanto à Ação 1656 que, embora não tenha sido completamente executada a meta física, foi possível realizar 83% do planejado com a utilização de apenas 40% dos recursos financeiros previstos, o que demonstra a eficiência da Ação.

Já quanto à Ação 4436 observa-se que a meta financeira superou o planejado em 96%, demonstrando a necessidade de um melhor planejamento da Ação. A ausência de definição de meta física prejudica a análise da eficácia e eficiência de sua realização.

Por sua vez, quanto à Ação 4437, conclui-se pela sua eficácia e eficiência, uma vez que a meta física alcançou um percentual de execução 113% superior ao planejado, com a utilização de 81% a mais dos recursos financeiros disponíveis.





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

2. DA EXECUÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente para o exercício de 2019 é a de nº 10.908, de 17 de julho de 2018. Ela propõe as metas e diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2019. Os artigos 33 ao 41 da LDO disciplinam o procedimento de abertura de créditos adicionais para o exercício de 2019.

A unidade orçamentária do FERJ previa dotação inicial na LOA 2019 no montante de R\$ 120.336.000,00 (cento e vinte milhões trezentos e trinta e seis mil reais). Mediante o Decreto do Executivo nº 34.858/2019 foi aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.865.540,96 (quarenta milhões oitocentos e sessenta e cinco mil quinhentos e quarenta reais e noventa e seis centavos), tendo por fonte de recurso, o superávit financeiro apurado no exercício anterior. Assim, a dotação atualizada ao final do exercício restou em R\$ 161.201.540,96 (cento e sessenta e um milhões duzentos e um mil quinhentos e quarenta reais e noventa e seis centavos).

As alterações realizadas pela Portaria-TJ-27542019 e Portaria-TJ-30532019 foram de caráter qualitativo provenientes de anulação de dotação de recursos próprios e não modificaram o valor final da dotação orçamentária.

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS				
Nº	Origem do Recurso	Documento	Publicação	Valor
1	Superávit Financeiro	Decreto nº 34.858	14/05/2019	40.865.540,96
2	Anulação de Dotação	Portaria-TJ-27542019	02/09/2019	1.575.500,00
3	Anulação de Dotação	Portaria-TJ-30532019	01/10/2019	3.000.000,00
Total				45.441.040,96
Acréscimo				40.865.540,96
Dotação Final				161.201.540,96

Fontes: Publicações no Diário da Justiça e no Diário Oficial do Estado do Maranhão encaminhados pela Coordenadoria de Orçamento – Diretoria Financeira.

As alterações identificadas no quadro acima cumpriram os requisitos





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

previstos na LDO e na LOA.

3. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente para o exercício de 2019, Lei nº 10.988 de 31 de dezembro de 2018, fixou créditos orçamentários ao Poder Judiciário no valor de R\$ 1.351.332.485,00 (um bilhão trezentos e cinquenta e um milhões trezentos e trinta e dois mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais), assim distribuídos:

LOA 2019	
UO's	Dotação Inicial
TJ e CGJ	1.219.321.485,00
TJ	1.197.357.485,00
CGJ	21.964.000,00
FERJ	120.336.000,00
FESMAM	715.000,00
FERC	7.350.000,00
FUNSEG	3.610.000,00
Total	1.351.332.485,00

Fonte: LOA 2019 disponível em:

<https://seplan.ma.gov.br/files/2019/01/LOA2019Vers%C3%A3o-Final.pdf>, acessado em 20/03/2020.

O valor orçado à unidade orçamentária do FERJ correspondeu a 8,90% do total fixado na LOA 2019. Quanto à fonte, os recursos desta unidade originam-se exclusivamente de recursos do próprio Fundo e integram o Orçamento Fiscal.

3.1 Da realização da receita

O FERJ foi criado pela Lei Complementar nº 48, de 15 de dezembro de





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

2000, com a finalidade de suprir o Poder Judiciário de recursos para fazer face a despesas com: a) a elaboração e execução de planos, programas e projetos para a modernização e o desenvolvimento dos serviços judiciários; b) implementação de tecnologias de controle da tramitação dos feitos judiciais, com o uso da informática, microfilmagem e reprografia, objetivando a obtenção de maior celeridade, eficiência e segurança da prestação jurisdicional; c) construção, ampliação de instalações e reforma de prédios, aquisição de materiais permanentes e serviços de manutenção e reparos; d) a implantação dos serviços de informatização da justiça; e) aquisição e manutenção de veículos utilitários; f) materiais de consumo indispensáveis à manutenção do Poder Judiciário; g) implementação e operacionalização de sistemas de fiscalização de atos judiciais, notariais e registrais; h) consultoria na avaliação, fiscalização e modernização de atividades do Poder Judiciário; i) treinamento de membros e servidores do Poder Judiciário através de cursos, seminários e congressos; j) a contratação de estagiários; k) o ressarcimento das despesas realizadas pelos oficiais de justiça e comissários de menores, no cumprimento de mandados.

Nos termos do art. 3º da LC nº 48/2000 constituem receitas do FERJ:

- I. dotações constantes do orçamento do Estado e em leis especiais;
- II. custas e despesas processuais das Serventias Judiciais oficializadas;
- III. o valor integral da Taxa Judiciária;
- IV. o preparo dos recursos;
- V. 12% (doze por cento) sobre os valores efetivamente devidos de emolumentos a Serventias Extrajudiciais;
- VI. doações, legados e contribuições;
- VII. subvenções, auxílios públicos ou privados, específicos ou oriundos de convênios, acordos ou contratos, nacionais e internacionais, para os serviços afetos ao Poder Judiciário;
- VIII. transferências públicas e os créditos adicionais que lhe venham a ser atribuídos;
- IX. produto da alienação de materiais e equipamentos;
- X. rendimentos provenientes das aplicações financeiras;
- XI. superávit financeiro apurado no balanço do FERJ em exercícios financeiros anteriores;
- XII. recursos provenientes do recolhimento de valores excedentes da despesa autorizada com telefonia;
- XIII. receitas decorrentes da cobrança de cópias reprográficas extraídas pelo Poder Judiciário;





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

- XIV. produto da venda de cópias de editais de licitação;
- XV. cobrança de valores pelo fornecimento de impressos, publicações dos atos judiciais e despesas postais;
- XVI. cobrança de valores pela publicação de contratos no Diário da Justiça do Estado;
- XVII. multas contratuais aplicadas no âmbito administrativo do Poder Judiciário;
- XVIII. custas decorrentes da aplicação do art. 55 da Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995;
- XIX. valores oriundos da venda de ações pertencentes ao Poder Judiciário;
- XX. multas aplicadas ao espólio, pelo retardamento do início do inventário;
- XXI. multas processuais previstas na legislação civil;
- XXII. multas aplicadas em processos administrativos a servidores do Poder Judiciário;
- XXIII. bens de herança jacente e o saldo das coisas vagas pertencentes ao Estado;
- XIV. depósitos judiciais inativos por mais de 05 (cinco) anos, após o trânsito em julgado da decisão;
- XXV. fianças arbitradas em dinheiro, observada a legislação processual penal;
- XVI. 50% (cinquenta por cento) do valor das penas pecuniárias aplicadas nos processos criminais, pela Justiça Estadual, sendo o restante recolhido ao Fundo Penitenciário Estadual;
- XVII. cobrança de valores pela prestação de informações via correio eletrônico;
- XVIII. outras receitas de qualquer origem;
- XIX. a obtida com o produto da venda, com exclusividade, dos selos de autenticidade, instituídos por Lei, para os serviços notariais, registrais e de distribuição extrajudicial, de acordo com os critérios a serem estabelecidos por resolução do Tribunal de Justiça;
- XXX. os rendimentos financeiros dos depósitos judiciais, aplicações financeiras e precatórios resultantes da diferença verificada entre os índices fixados por lei pela remuneração de cada subconta e os obtidos para remuneração da Conta Única de Depósitos sob Aviso à Disposição da Justiça;
- XXI. as provenientes das multas impostas aos delegatários do serviço extrajudicial na forma do art. 32, II, da Lei Federal nº. 8.935, de 18 de novembro de 1994.

Após análise do Balanço Orçamentário observa-se que o FERJ arrecadou o valor de R\$ 145.886.127,35 (cento e quarenta e cinco milhões oitocentos e oitenta e seis mil cento e vinte e sete reais e trinta e cinco centavos) no exercício de 2019, demonstrando um aumento na arrecadação de 19,72% em relação ao exercício anterior, como demonstrado no quadro a seguir:





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

Arrecadação – FERC			
Receitas	2018	2019	%
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	7.658.323,67	8.382.723,65	9,46%
Receita Patrimonial	178.180,25	210.322,46	18,04%
Outras Receitas Correntes	-	6.587,86	
TOTAL	7.836.503,92	8.599.633,97	9,74%

Fonte: SIGEF - Balanço Orçamentário emitido em 20/02/2020 pela Coordenadoria de Contabilidade – Diretoria Financeira

Do confronto entre a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária empenhada apura-se um resultado orçamentário superavitário no período no valor de R\$ 13.900.960,40 (treze milhões novecentos mil novecentos e sessenta reais e quarenta centavos), conforme observa-se abaixo:

Apuração do Resultado Orçamentário	
	Realizada
Receita Orçamentária Realizada	8.599.633,97
Despesa Orçamentária Empenhada	2.948.076,46
Resultado Orçamentário	5.651.557,51

Fonte: SIGEF - Balanço Orçamentário emitido em 20/02/2020 pela Coordenadoria de Contabilidade – Diretoria Financeira

3.2 Da realização da despesa

A despesa fixada na LOA para o exercício de 2019 à unidade orçamentária





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

do FERJ totalizou R\$ 120.336.000,00 (cento e vinte milhões e trezentos e trinta e seis mil reais). No decorrer do exercício foi aberto crédito adicional suplementar que representou um acréscimo de R\$ 40.865.540,96 (quarenta milhões oitocentos e sessenta e cinco mil quinhentos e quarenta reais e noventa e seis centavos). Assim, ao final do exercício a dotação orçamentária fixada restou em um montante de R\$ 161.201.540,96 (cento e sessenta e um milhões duzentos e um mil quinhentos e quarenta reais e noventa e seis centavos).

No quadro abaixo vemos a execução orçamentária geral do FERJ:

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						
PROGRAMA / AÇÃO	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO	SALDO	%
		(A)	(B)	(C)	(B-C)	(C/B)
0543	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	120.336.000,00	161.201.540,96	131.985.166,95	29.216.374,01	82%
1656	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS DO PODER JUDICIÁRIO	21.941.814,00	34.697.314,00	18.351.453,56	16.345.860,44	53%
4436	MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO	97.193.206,00	123.868.246,96	111.501.655,62	12.366.591,34	90%
4437	GESTÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.200.980,00	2.635.980,00	2.132.057,77	503.922,23	81%

Fonte: SISPCA - Relatório Execução Financeira por Programas e Ações emitido em 14/02/2020 pela Coordenadoria de Orçamento - Diretoria Financeira

A despesa realizada do FERJ no exercício de 2019 totalizou R\$ 131.985.166,95 (cento e trinta e um milhões novecentos e oitenta e cinco mil cento e





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

sessenta e seis reais e noventa e cinco centavos) o que representa uma execução de 82% da dotação final e uma sobra de recursos na ordem de R\$ 29.216.374,01 (vinte e nove milhões duzentos e dezesseis mil trezentos e setenta e quatro reais e um centavo).

A Ação 1656 tinha por objetivo construir, reformar e ampliar fóruns nas comarcas da capital e do interior e obteve uma execução de apenas 53% da dotação final. Conforme esclarecimentos prestados pela Diretoria de Engenharia no MEMO-DENG-522020 no tocante à execução desta Ação, esta foi afetada pelos seguintes eventos:

- a. a licitação para a reforma do Fórum de Rosário resultou numa contratação de 70% do valor inicialmente estimado em 2018 e informado para fins de elaboração da proposta orçamentária;
- b. as reformas e ampliações dos Fóruns nas Comarcas de Açailândia e Zé Doca foram iniciadas, porém estão em fase de elaboração dos projetos básicos e executivo, não tendo ainda sido iniciada a execução delas;
- c. as obras referentes à construção do Fórum de Passagem Franca, à reforma e ampliação do Fórum de Cururupu e construção do Salão do Júri da Comarca de Santa Luzia do Paruá estão em fase de conclusão dos projetos e orçamentos, não tendo sido iniciada a licitação no exercício de 2019;
- d. a obra de construção do Salão do Júri da Comarca de São João Batista, o valor previsto na LOA 2019 referia-se à estimativa de um aditivo do contrato já em execução, no entanto, o aditivo foi realizado num valor inferior ao planejado.

A Ação 4436 visa modernizar e reaparelhar o Judiciário com vistas à melhoria da prestação jurisdicional. No exercício de 2019 teve uma execução regular em torno de 90% da dotação final.

A Ação 4437 cujo fim é a promoção da qualificação do quadro de pessoal, foi realizada em 81% da dotação final, todavia da análise da meta física projetada no PPA 2016-2019 para o exercício, verifica-se que a sua execução se demonstrou eficaz.





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face dos exames realizados, verificou-se que:

- no tocante às metas do PPA 2016-2019 observou-se que a eficiência na execução da Ação 1656, eficácia e eficiência na consecução da Ação 4437, restando prejudicada a análise da ação em razão da ausência de uma meta física previamente definida;
- as alterações orçamentárias realizadas pelo Decreto nº 34.858/2019, pelas Portaria-TJ-27542019 e Portaria-TJ-30532019 observaram os requisitos legais para a sua abertura, indicando-se a existência de recursos para sua cobertura, conforme preceitua o art. 43 da Lei nº 4.320/64;
- a arrecadação do FERJ totalizou R\$ 145.886.127,35 com um crescimento de aproximadamente 20% em relação ao exercício anterior e um resultado orçamentário superavitário no período no valor de R\$ 13.900.960,40 (treze milhões novecentos mil novecentos e sessenta reais e quarenta centavos);
- a execução orçamentária do FERJ foi regular alcançando um percentual de 82% no exercício e uma sobra orçamentária de R\$ 29.216.374,01 (vinte e nove milhões duzentos e dezesseis mil trezentos e setenta e quatro reais e um centavo), com ressalva quanto à execução da Ação 1656 no percentual de 53% da dotação orçamentária atualizada, pelas razões apontadas no item 3.2 Da realização da despesa;
- as despesas realizadas constaram de rubricas específicas e em conformidade com a classificação funcional-programática da Lei nº 4.320/64; bem como houve a observância às fases da despesa estabelecidas nos artigos 60, 63 e 64 da referida lei, segundo amostra definida para exames.

São Luís, 14 de abril de 2020.

JUREMA MAMEDE DE PAIVA SANTOS
Diretor de Controle Interno
Diretoria de Controle Interno
Matrícula 107318





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 14/04/2020 19:27 (JUREMA MAMEDE DE PAIVA SANTOS)

